

Moçambique: guerra e paz



Domingos Arouca
(advogado moçambicano, presidente da Fumo/PCDRN)

Nada se pode dizer ou fazer em Moçambique sem se encarar frontal e decididamente a realidade da guerra. Só compreendendo as causas da guerra podemos tratar da paz e, em seguida, do ressurgimento nacional, tanto em termos políticos como económicos e, muito em especial, em termos morais.

A Frelimo entrou em Moçambique como um autêntico conquistador de terra alheia, quando o deveria ter feito tendo em consideração o querer das populações. Fe-lo sem qualquer consulta popular prévia sobre o regime político que se deveria instaurar no país e manifestando ostensivamente o maior desprezo pela vontade popular. A Frelimo deliberou, como única dona e senhora do território, instalar o marxismo-leninismo estalinista de acordo com as instruções então recebidas dos seus patrões soviéticos. O ressurgir da guerra civil constituiu a primeira consequência grave desta atitude, traduzindo a discordância enérgica do povo moçambicano contra tal arbitrariedade. Acresce ainda a desajustada estratégia da Frelimo ao desautorizar e desaposar as autoridades tradicionais (régulos, indunas e cabos) do poder em que sempre haviam estado investidos, poder esse emanado das próprias comunidades locais e abusivamente interpretado pela Frelimo como vindo das autoridades coloniais.

Isto constituiu a chamada **dissidência das populações**, sob a orientação das autoridades tradicionais que então se rebelaram contra a Frelimo por razões que nada têm a ver com a actual guerra ou que, pelo menos, não a podem explicar na totalidade. Ao falar nas causas mais prementes da guerra não podemos deixar de referir os atentados contra todas as confissões religiosas, consideradas como o ópio do povo de acordo com a linha mais dura do marxismo, o que conduziu ao encerramento e profanação dos templos religiosos, seguindo-se-lhe as nacionalizações dos bens das igrejas e a prisão e tortura de milhares de crentes, como por exemplo das Testemunhas de Jeová, por se recusarem a fazer serviço militar.

Neste contexto, cabe ainda acrescentar os tristemente célebres «campos de reeducação», onde milhares de moçambicanos perderam a vida, e os horrores ainda recentemente cometidos pela Frelimo ao abrigo da chamada «operação produção». Perante esta panorâmica, de que temos uma ténue amostra, fácil é concluir-se quão difícil é fazer a paz. As dificuldades na obtenção da paz têm a sua origem nestes e em muitos outros factores, alguns dos quais passamos a salientar.

Renamo

Quanto à Renamo: — não se encontra suficientemente preparada, tanto no campo militar como no político, para negociar a paz; — está convencida de que o exército da Frelimo se encontra em acelerada desagregação e que o prolongamento da guerra provocará, a médio prazo, o seu inevitável colapso, tomando depois o poder pela força das armas; — conhecedora da difícil situação financeira de Moçambique, joga também com o colapso financeiro deste país a muito

breve prazo; — pensa ainda que o prolongamento da guerra está a jogar a seu favor na medida em que lhe permitirá constituir uma organização política sólida que actualmente não possui.

Frelimo

Quanto à Frelimo: — é sem dúvida hoje um Governo de minoria, não eleito pelo povo mas imposto pela força das armas, cuja elite dirigente tem vivido principalmente à custa da miséria do povo, elite essa que não se mostra disposta a abrir mão desses privilégios e nem um prazo e de modo algum; — joga também no arrastamento da guerra, na esperança de que o ANC suba ao poder na África do Sul e então a ajude a esmagar a Renamo e todas as outras oposições. A tudo isto acresce a interferência de poderosos interesses estrangeiros, apoiando ora um ora outro dos beligerantes, em tudo indiferentes às condições sub-humanas de fome, de miséria e doença com que o povo moçambicano se tem vindo a debater ao longo destes últimos 17 anos.

Papel de Portugal

Pensamos que a comunidade internacional deveria esforçar-se mais, pressionando energeticamente e com todos os meios ao seu dispor os beligerantes, de forma a pôr termo à guerra civil. Só deste modo estará a cumprir o papel que lhe cabe no panorama ou solidariedade internacional para com o sofrido povo de Moçambique. Nenhum outro interesse poderá ser mais relevante nem colocado acima do interesse do povo moçambicano que inequívoca e ansiosamente deseja a paz.

Quanto a Portugal, é tempo de assumir frontalmente as suas responsabilidades, sem ambiguidades nem hesitações. Deverá intervir activamente nas negociações de paz, não a favor da Frelimo nem da Renamo, mas a favor do povo de Moçambique, única realidade histórica e perene, para além de todos os conluios e interesses partidários. Um dos aspectos em que Portugal poderá dar um valioso contributo é da experiência que adquiriu na passagem de um regime autoritário para uma democracia plena.

De acordo com o protocolo assinado em Roma entre a Frelimo e a Renamo, as primeiras eleições democráticas deverão realizar-se, em princípio, um ano após a assinatura do acordo de cessar-fogo. Como não se sabe quando é que será o cessar-fogo nem tão-pouco se descortina no horizonte a sua eventual ocorrência, dado que a conduta dos beligerantes se tem revelado contrária à paz ainda que um e outro afirmem sistematicamente desejá-la, tanto Portugal como a restante comunidade internacional já compreenderam estas evidentes manobras dilatatórias de ambos os beligerantes, devendo, portanto, actuar em conformidade com tais comportamentos.

Investimento estrangeiro ainda não

Por razões óbvias, decorrentes dos factos atrás citados, não parece desejável ou recomendável que o investimento estrangeiro se intensifique até que se realizem eleições democráticas, internacionalmente reconhecidas como válidas, por muito dolorosa que esta espera venha a revelar-se para a actual situação económica de Moçambique. Na realidade, a actual situação económica caracteriza-se, infelizmente, por uma quase total paralização das actividades produtivas, mesmo as que tradicionalmente mais contribuíam para o produto interno.

Deve salientar-se que tal panorama desolador se deve não só aos males da guerra como também aos da incompetência e da corrupção generalizadas. Quase metade da população está internada em campos de refugiados dentro

e fora do país, e pelas graves carências alimentares e de saúde que tem sofrido ao longo destes anos é duvidoso que possa algum dia poder ser recuperada para o trabalho produtivo. Da restante população pode dizer-se que um quarto vegeta à volta dos centros urbanos ou apinha-se dentro deles, sem trabalho e lutando desesperadamente pela sobrevivência. Daí que o banditismo grasse sem freio dentro das cidades e fora delas e mesmo nos centros urbanos, e a polícia não consiga impor a ordem pública, não se podendo muitas vezes descortinar quem são os polícias e quem são os ladrões.

Por outro lado, num país onde a actual Constituição estabelece no seu artigo 46º que «a terra é propriedade do Estado», obviamente os investidores nacionais e estrangeiros não se sentirão encorajados a construir em terreno alheio instalações nem a adquirir os equipamentos de que necessitam para desenvolver as suas actividades. Além do mais, não têm garantias de segurança pessoal, não as tendo também de recuperar os seus investimentos, por mais aliciantes que sejam as promessas que o Governo actual lhes faça.

Economia de mercado

A iniciativa privada estrangeira está limitada pela imposição de constituição de sociedades mistas com sociedades locais ou com cidadãos moçambicanos, situação incompatível com uma autêntica economia de mercado, aliás prevista em termos muito dúbios na actual Constituição política moçambicana. Torna-se, pois, imprescindível que a referida Constituição seja revista neste e em muitos outros aspectos o mais rapidamente possível, ou que o partido político vencedor das próximas eleições proceda nessa conformidade.

É hoje comumente admitido pelos observadores internacionais que a Frelimo e a Renamo juntas não constituem maioria eleitoral em Moçambique, sendo até esta uma das razões invocadas para explicar algumas das dificuldades surgidas nas conversações de Roma. Um estudo recente norte-americano revela que a Renamo muito dificilmente em eleições gerais atingiria os 20 por cento de votos. Isto explica em parte a ausência de vontade política da Renamo em pugnar aberta e decididamente pela obtenção da paz, pelo menos a breve prazo.

Chamar as pessoas competentes

Assim, tudo indica que a Fumo/PCDRN será chamado em breve a assumir responsabilidades governativas no país. A rápida reconstrução do país será o nosso objectivo principal e para o conseguirmos chamaremos todas as pessoas competentes e honestas para colaborarem nesta grandiosa obra, independentemente do partido político a que pertençam. Acreditamos sinceramente que a Frelimo tem, além de uma minoria corrupta, muitos militantes sérios com as mãos e a consciência limpas. É também com estes que o meu partido conta para reconstruir o nosso país. E igualmente penso que das alas da Renamo poderemos obter alguma colaboração valiosa. Aliás, quando o governo se toma um modelo de honestidade, competência e tolerância, até os próprios quadros existentes tendem muitas vezes a adaptar-se à nova situação sem que se verifiquem dolorosos esquemas de demissões. Com a subida do meu partido ao poder, o investimento estrangeiro, seja qual for a sua origem, será sempre bem-vindo desde que obedeça à nossas leis, como é normal em qualquer país e esteja de acordo com a satisfação das nossas premissas e objectivos. Podemos garantir desde já que o nosso governo actuará segundo os princípios da economia de mercado, da propriedade e da iniciativa privadas, sendo assegurada a repatriação dos lucros de acordo com os princípios estabelecidos na comunidade internacional. E isto porque o programa do nosso partido é por natureza humanista no projecto, moçambicano na raiz e africano na vocação.